

**A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA  
INDEPENDÊNCIA COMO MARCO HISTÓRICO NO  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL [RIO DE  
JANEIRO, JANEIRO/1920 – DEZEMBRO/1922]**

**The Centenary of Independence International Exhibition as a  
Landmark in the Development of Tourism in Brazil [Rio de Janeiro,  
January/1920 – December/1922]**

**Alan Faber do Nascimento<sup>1</sup>**

**DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p285>**

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, realizada na cidade do Rio de Janeiro [Brasil] na década de 1920, para o desenvolvimento do turismo nacional. Mais precisamente, a investigação procura construir a hipótese de que a Exposição de 1922 tenha sido um agente catalisador no processo de constituição do moderno setor de turismo e lazer no País, tanto em termos estruturais quanto nos aspectos institucionais. Para isso, adota-se como técnica de investigação a pesquisa documental e o levantamento bibliográfico. A fonte primária utilizada é o periódico carioca *Correio da Manhã*.

**PALAVRAS-CHAVE**

Turismo; História dos Eventos; Indústria Cultural; Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the effects for the development of national tourism of the International Exhibition of the Centenary of Brazilian Independence held in the city of Rio de Janeiro [Brazil] in the 1920s. More precisely, the investigation seeks to build the hypothesis that the 1922 exhibition was a catalyzing agent in the process of constitution of the modern tourism and leisure sector in the country, both in structural terms and in institutional aspects. For this, the research adopts documental research and bibliographic survey as investigation technique. The primary source used is the Rio de Janeiro newspaper *Correio da Manhã*.

**KEYWORDS**

Tourism; History of Events; Cultural Industry; Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

---

<sup>1</sup> **Alan Faber do Nascimento** – Doutor. Docente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0185442935600199> E-mail: alan.faber@ufvjm.edu.br

## INTRODUÇÃO

Quando se resolve pesquisar os marcos históricos que fundaram o desenvolvimento do turismo no Brasil, é preciso levar em conta que todos eles são passíveis de serem relativizados. Primeiro, pelo que se pode descobrir em fontes históricas que não o foram, ou precisam ser, melhor exploradas. Segundo, porque os fenômenos sociais possuem uma natureza histórica multifatorial. E, terceiro, porque a depender da orientação teórico-metodológica envolvida na pesquisa, as antecipações do fenômeno turístico são ainda mais diversas, caso das teorias que autorizam dividir o turismo em quadros societários que não se limitam à Modernidade. Daí, talvez, que a única maneira de não criar ilusões com a tarefa seja ter consciência de que esse tipo de estudo sempre implica um certo grau de arbitrariedade. Apesar disso, é preciso considerar que um marco histórico não é qualquer evento pioneiro. Apoiando-se em Candido (1989), não se delimita um pela via de uma concepção linear e mecânica da história. Por conseguinte, o que assegura a qualidade de um marco histórico é a sua capacidade de agir como um eixo catalisador de elementos que até dado momento operavam de forma mais ou menos dispersa na realidade social para, então, dispô-los sob uma nova configuração.

Ademais, aprofundar o entendimento da formação histórica do fenômeno turístico é proveitoso para a consolidação de uma disciplina que, todavia, se encontra em estágio inicial no campo de estudos em turismo, à diferença, por exemplo, da Administração, da Geografia ou mesmo da Antropologia, cuja influência entre os turismólogos brasileiros é mais antiga. Verdade que, pelo menos desde os anos 2000, assiste-se no meio acadêmico nacional ao desenvolvimento de um *corpus* historiográfico específico para a área, no qual, inclusive, esta investigação busca os seus principais dados bibliográficos e para o qual se espera ser uma contribuição. Com efeito, entre aqueles convencionalmente arrolados na literatura sobre os estágios iniciais do turismo no Brasil, a exemplo das viagens internacionais a bordo do Byron ou do Orcoma, organizadas pela empresa turística Thomas Cook and Son, a cidades e capitais do litoral do País nos anos de 1907 e 1908, ou da oficialização dos desfiles das escolas de samba para o Carnaval carioca de 1931, o marco histórico aqui escolhido parece acolher bem aquele requisito metodológico [e também essa necessidade interdisciplinar]. Trata-se da Exposição Internacional do Centenário da Independência, realizada de setembro de 1922 a julho de 1923, na cidade do Rio de Janeiro.

## **METODOLOGIA**

Esta investigação, de natureza exploratória, adota como técnica principal de pesquisa o escrutínio das notícias publicadas pelo jornal *Correio da Manhã* sobre a exposição de 1922, por meio de buscas na [Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional](#). Para isso, foram utilizadas as palavras-chave “exposição internacional” [273 ocorrências para o período de janeiro de 1920 a 1º de novembro de 1922] e “hotéis” [187 ocorrências para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1922]. O recorte de tempo analisado se justifica pela intenção de obter um panorama geral dos preparativos para a exposição de 1922 e dos meses iniciais do evento, os quais, pela própria duração que a Exposição acabou tendo, foram os mais concorridos e noticiados. Logo, tal recorte não se confunde com o início e o fim da Exposição de 1922. Também foram feitas buscas aleatórias em publicações anteriores do *Correio da Manhã*, a fim de colher informações acerca dos eventos anteriores que a cidade do Rio de Janeiro sediou. Visando assegurar a originalidade da fonte, optou-se por manter a grafia utilizada pelo jornal nas citações diretas.

É importante registrar que as edições usadas do *Correio da Manhã* não foram discriminadas ao final do texto, com o propósito de evitar um referencial muito longo e repetitivo. Contudo, para ter acesso a essa fonte, basta usar as palavras-chave empregadas no buscador da [Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional](#) e procurar as respectivas edições do jornal pela data de publicação. Acresce-se que os dados primários obtidos pela pesquisa documental foram analisados qualitativa e descritivamente, e complementados com informações obtidas por meio de levantamento bibliográfico em acervo pessoal e em repositórios digitais de livros, artigos acadêmicos e teses e dissertações de mestrado, e por pesquisa documental secundária no acervo digital de legislação informatizada do portal eletrônico da [Câmara dos Deputados](#). E, por último, as fotos que compõem o corpo de figuras do artigo e que possuem funções meramente ilustrativas, foram obtidas mediante buscas na revista ilustrada *Para Todos*, usando a palavra-chave “exposição internacional”, e cujas edições também figuram no acervo da [Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional](#).

## **A CIDADE DO RIO JANEIRO SE APRESENTA AO MUNDO PELA PRIMEIRA VEZ**

Não foi a primeira vez que a cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, sediou uma exposição. Isso já havia ocorrido em outras oportunidades. A primeira de que se tem notícia,

ainda nos tempos da colônia, ocorreu em 1801, no antigo edifício da Escola Central, onde foram expostos, além dos produtos óbvios de uma economia hegemonicamente agrário-exportadora, as primeiras manifestações do industrialismo nacional. Um século mais tarde, depois das exposições de 1807, 1877, 1881, 1895, veio a primeira nominalmente internacional, a Exposição de Aparelhos de Álcool, organizada pela Sociedade Nacional de Agricultura. E, em seguida, em 1908, sobrechegou a maior até aquele momento, empreendida para celebrar os cem anos que se passaram depois que o Portugal autorizara abrir os seus portos do Brasil para o estrangeiro. E, em 1909, beneficiando-se das estruturas que haviam sido montadas no ano anterior, o bairro da Urca abrigou a Exposição Internacional de Higiene (Correio da Manhã, 19-7-1908).

Ocorre que nenhuma das mencionadas ostentava o caráter de universal, como eram conhecidas ‘as grandes exposições universais’, desde a sua primeira edição, em 1851, na cidade de Londres. A bem da verdade, a maioria delas era estágio para que o país cumprisse um papel digno quando fosse convidado a expor os seus atributos, sejam os colhidos da natureza ou os produzidos pela tecnologia e pela ciência, nas também chamadas, ‘vitrines do mundo moderno’. Com efeito, quando chegou a vez, depois de muita preparação, nada do que se fizesse em nome do evento seria considerado exagerado, ainda mais para um País que, a contar da Proclamação da República em 1889, esforçava-se para ser reconhecido e visto como civilizado. Nesse esforço modernizante, tudo aquilo que ecoasse os tempos da Colônia ou mesmo do Império devia ser, literalmente, posto abaixo (Carvalho, 2005).

De modo que as reformas, sobretudo urbanas e sanitárias, que já vinham sendo feitas e que tanto alteraram a fisionomia da cidade, ganharam ainda maior fôlego quando noticiado que, em definitivo, o Rio de Janeiro sediaria uma exposição universal, em homenagem ao centenário da independência política do Brasil. É o caso do morro do Castelo, sobre cujo aterro, em parte, os pavilhões e demais obras do parque da exposição seriam edificadas. Verdade que se pode contra-argumentar que, pelo menos desde o século XVIII, o morro era alvo de antipatias (Castro, 2019). Mas, se no passado ao Castelo cabia a responsabilidade pelas pestes e miasmas que assolavam a capital, das quais a elite carioca costumava fugir em viagens para as regiões serranas do Estado; agora, quando a antiga prática da vilegiatura começava a ser substituída por outro fenômeno de viagens, pesavam contra o morro também acusações de ordem paisagística e circulatória.

É certo que muitas dessas acusações iludiam, em essência, interesses imobiliários. É significativo que, nos preparativos para a exposição de 1922, o governo brasileiro tenha recebido requerimentos de grupos de capitalistas [caso do grupo de investidores estrangeiros representados pelo Sr. Ralph L. Cobham] para que as estruturas do evento fossem montadas em terrenos da zona sul da cidade, próximos à faixa de praia, no ainda pouco urbanizado bairro de Copacabana, o que, segundo esses homens de negócios, daria ao “importante ‘certamen’ um brilho excepcional”. A proposta do grupo era que, em troca dos investimentos privados alocados, fossem concedidos “direitos de desapropriação por serventia pública dos terrenos que forem julgados necessário à exposição” (Correio da Manhã, 18-5-1920, p. 3).

Ademais, cumpre lembrar que, à época, o próprio prefeito do Distrito Federal, o Sr. Carlos Sampaio, era um político envolvido em negócios imobiliários – há quem diga que ele somente aceitou assumir o cargo se conseguisse cumprir uma obsessão que lhe acompanhava havia tempo: arrasar o morro do Castelo (Castro, 2019). E, assim, perorando em público em 19 de novembro de 1920, durante as celebrações da Festa da Bandeira, para o então presidente Epitácio Pessoa, que fora quem o convidou para o mandato tampão no governo da cidade, esse mandatário parecia, enfim, ver o seu desejo realizado:

E sr. presidente, permita que lhe diga que esse rumo é tanto o mais indicado, quanto nos devemos preparar para comemorar o centenario da independencia; e eu não vejo melhor forma possamos dar a essa comemoração do que realizando obras de saneamento, de instrução, de assistência e embelezamento, que, completadas com uma exposição internacional no proprio local em que estejamos realizando as obras do arrasamento, possam mostrar ao estrangeiro, que ainda não nos conhece, do que somos capazes (Correio da Manhã, 20-11-1920, p. 3).

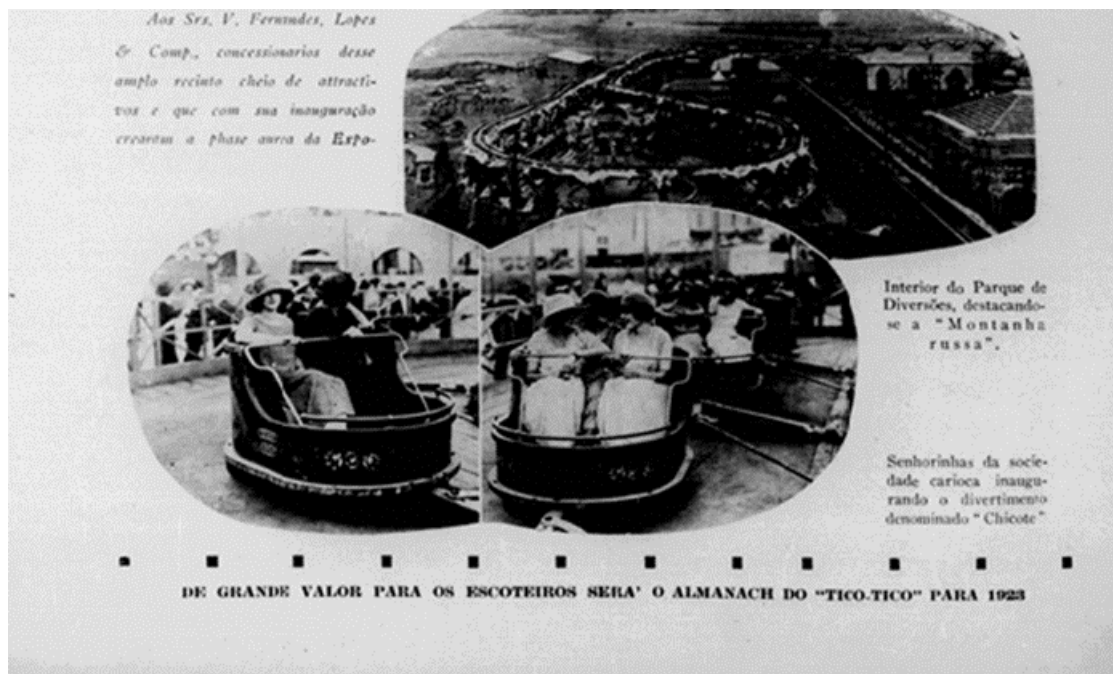
Decerto, pelo peso da tecnologia e da ciência no imaginário social, as exposições prestavam-se para acomodar os mais diferentes interesses. A reboque da ideologia do progresso, vinham, por exemplo, propósitos políticos, financeiros, comerciais – e, para isso, nas programações dos eventos, era de praxe constar almoços e jantares diplomáticos, homenagens e inaugurações de obras, paradas militares, entre outras solenidades. Mas, por outro lado, alheio a tudo isso, para o cidadão comum, para o carioca, as exposições significavam, sobretudo, diversão e entretenimento. Note-se que, na Exposição Nacional do Centenário dos Portos, o Chateau d'Eau, especialmente construído para o evento, prometia dar “aos visitantes a impressão de que está gozando um desses belos sonhos de fadas das Mil e uma Noites”. Já na Exposição Internacional da Higiene, vindos a bordo do Byron, desembarcaram na cidade 40 artistas para espetáculos (Correio da Manhã, 21-7-1909, n.p.). E isso sem mencionar as queimas de fogos, os passeios ao

Do Nascimento, A. F. (2022). A Exposição Internacional do Centenário da Independência como um marco histórico no desenvolvimento do Turismo no Brasil (Rio de Janeiro, Janeiro/1920 – Dezembro/1922). *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 1-21. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v14i1p285>

Jardim Botânico, ao Corcovado e às matas da Tijuca, todos pontos altos e lugares-comuns na programação das exposições.

Tais classes de divertimentos também se achavam no calendário oficial, extraoficial e no que foi sendo criado durante o evento pela Comissão da Exposição de 1922. Contudo, dessa vez, os espetáculos, sejam eles pirotécnicos, artísticos ou musicais, já não concorriam em pé de igualdade com os produzidos pelos progressos técnicos e industriais. Afinal, os cariocas iriam conhecer o telefone sem fio, “a última invenção que está atraindo a atenção do universo” (Correio da Manhã, 20-5-1922, n.p.). Assim como não há comparação entre a iluminação preparada para o evento de 1908 e o que se viu em 1922 nos conveses dos navios, nas fachadas dos edifícios, ou mesmo nos céus, caso dos hidroplanos contratados pelo armazém de modas Parc Royal para fazer propaganda da marca (Correio da Manhã, 12-9-1922). Aliás, em matéria de meios de transporte e comunicação, sublinhe-se que foi a primeira vez que se organizava no País uma feira de automóveis, de que se incumbiu o Automóvel Club do Brasil (Correio da Manhã, 8-9-1922).

**Figura 1. Senhoras da sociedade carioca inaugurando o divertimento “Chicote” no parque de diversões da Exposição Internacional do Centenário da Independência**



Fonte: Revista Para Todos, 2-8-1922 (Modificado pelo autor). [Link](#)

Em matéria de projeção internacional, a Exposição de 1922 foi um divisor de águas para as pretensões da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil no cenário internacional. Não que as exposições que a antecederam não tivessem tido grande impacto nesse quesito. O 4º Congresso Médico Latino-Americano, que compôs a programação da Exposição Internacional de Higiene, durante seus oito dias de duração recebeu 1.500 congressistas, vindos do Haiti, Equador, Panamá, Bolívia, Peru, México, Venezuela e Paraguai; e mais 27 congressistas que vieram do Chile; 87, do Uruguai; 138, da Argentina; e 1225 participantes nacionais – números que faziam dessa edição a maior da série e que só não foram maiores “devido às dificuldades de comunicação, que dentro e fora do país impedem a tempo as adesões e as viagens” (Correio da Manhã, 2-8-1909, p. 2).

Igualmente, nesse tocante, a exposição de 1908 ostentou números significativos, tanto reais quanto especulados. A princípio, imaginava-se que o evento pudesse receber até 13 milhões de visitantes ao longo de três meses de duração, entre 11 de agosto e 17 de novembro de 1908. À diferença das estimativas, porém, calcula-se em 1 milhão o número de pessoas que transitaram pelos pavilhões da exposição. Malgrado a discrepância, o fato é que a exposição de 1908 contou com dezenas de jornalistas, entre brasileiros e estrangeiros, encarregados de difundir o evento e levar, a reboque da cobertura jornalística, uma boa imagem do País ao exterior, a exemplo de um Olavo Bilac, a quem o governo contratou oficialmente. De modo que o impacto dessa e de outras exposições não pode ser inferido apenas pelos números efetivos de visitantes. Ademais, para um país que tinha cerca de 22 milhões de habitantes, o quantitativo registrado, sem dúvida, fazia da exposição de 1908 o que hoje seria chamado de um megaevento (Molina, 2016).

Nada disso se compara, entretanto, ao alcance que a Exposição de 1922 obteve. Dessa vez, a natureza internacional do evento abrangia, de fato, os diversos países, inclusive os que pertenciam ao centro geopolítico da época. É o que se observa nos anos que serviram de preparativo para o evento, ao longo dos quais Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Japão, México, entre outros, após os trâmites específicos de suas respectivas realidades institucionais, iam confirmando, um a um, a sua participação. Estima-se que entre o início, em setembro de 1922, e o novo prazo estabelecido pela organização, o dia 23 de julho de 1923, posto que o evento tinha sido previsto para se encerrar na noite do Ano-Novo, a Exposição do Centenário tenha recebido aproximadamente 3 milhões de visitantes. A título de ilustração, no primeiro dia de evento, quando “enorme massa popular se aglomerava nas imediações dos portões, impedindo a acção da policia e procurando invadir o recinto”, o número estipulado de

visitantes chegava a cerca de 200 mil (Correio da Manhã, 8-9-1922, n.p.). Mais precisamente, da inauguração ao encerramento do evento, 3.626.402 pessoas passaram pelo parque da Exposição, o que, em média, significava 12.723 visitantes por dia (Levy, 2010).

**Figura 2. Avenida do parque de pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência**



**Fonte:** Revista Para Todos, 22-1-1923. [Link](#)

Considerando o número de pessoas envolvidas, independentemente se brasileiros ou estrangeiros, tenciona-se distinguir a Exposição de 1922 como um caso prematuro do turismo de massas no Brasil. É preciso, no entanto, cautela e evitar certas precipitações. Não há dúvidas de que, naqueles idos, o País passava a receber, cada vez mais, viajantes segundo métodos e padrões industriais. Basta lembrar que, no contexto histórico da exposição de 1908, já havia ao redor do mundo aproximadamente 500 agências de turismo em atividade (Paixão, 2007). E, sem dúvida, a exposição de 1922 deixava entrever indicativos da chamada 'belle époque do turismo brasileiro', quando, a partir da década de 1930, a cidade do Rio de Janeiro é incluída, definitivamente, na rota turística de sofisticados transatlânticos internacionais (Paixão, 2005).

Mas, por outro lado, o trinômio composto por viajantes endinheirados, hotéis-cassino e cruzeiros marítimos até então oscilava entre o tradicional e o moderno. Não por acaso, o



viajante estrangeiro, invariavelmente, fosse citado pela imprensa como um ‘forasteiro’, e não como ‘turista’.<sup>1</sup> De qualquer modo, o importante é notar os sinais de que as viagens estavam se metamorfoseando num setor das indústrias culturais. É o que se infere, por exemplo, da seguinte nota publicada um dia antes do início da Exposição de 1922:

Assegura um diário norte-americano que os nossos amigos yankees gastarão 860 milhões de dollars, este anno, na Europa. Só em passagens nos grandes transatlânticos conta-se com a somma de 160 milhões. O resto da enorme quantia será entre os hoteis e os magazins de moda. Essa nota é fornecida pelo U.S. Shipping Board, que organiza a maioria das viagens. E’ como se vê uma verdadeira chuva de ouro que desaba sobre o velho continente. Que lastima que uma parcella desse lindo desmoronamento de dollars não se destine ao nosso paiz. Assim mesmo não devemos nos desanimar. A exposição do Centenario, caso se prolongue por mais alguns mezes, ha de attrair visitantes de todas as partes do mundo (Correio da Manhã, 6-9-1922, p. 2).

Outro indicativo é a vinda, a convite do governo brasileiro, de uma comitiva organizada pelo jornal nova-iorquino *The Brooklyn Daily Eagle*. Composta por 35 pessoas, entre industriais, jornalistas, universitários, esportistas, “todos grandemente viajados”, e sob a liderança do vice-presidente da Associated Press, o Sr. Hebert F. Gunisson, antes de adentrar a baía de Guanabara a bordo do American Legion, esse “grupo de excursionistas” passaria em viagem ainda pelos portos de Mollendo, no Peru; pelos portos de Iquique, Antofagasta, Valparaiso e Santiago, no Chile; pelos portos da bacia do Prata, situados nas cidades de Buenos Aires e Montevidéu; e, já no Brasil, pelo porto de Santos (Correio da Manhã, 22-8-1922, n.p.).

Certamente, havia outros grupos jornalísticos cobrindo a Exposição de 1922. Estiveram no País correspondentes de diferentes partes do globo, do suíço *Le Matin* ao inglês *The Post*, e até mesmo do Japão, caso do *Asahi* e do *Tokio Nichinichi* (Correio da Manhã, 31-8-1922). Não obstante, a realidade é que, em nenhuma dessas coberturas, encontram-se interesses especificamente voltados para a promoção do turismo, como no caso da delegação do *Brooklyn Daily Eagle*. Enquanto os japoneses aproveitavam a Exposição para veicular notícias no oriente sobre a situação dos seus conterrâneos habitantes do outro lado do Atlântico, o líder da comitiva norte-americana, um pouco antes de embarcar para o regresso no Pan Americana, se despedia do Brasil com estas palavras:

A excursão que fizemos aos paizes da America do Sul findou no Brasil com chave de ouro, e creio sinceramente que teremos muitos imitadores. Tudo faz crer que assim aconteça. Dispomos de excellentes navios que fazem a carreira entre os Estados Unidos e o Brasil, e com os bons hoteis que existem no Rio de Janeiro acredito que a vossa incomparavel capital será preferida pelos forasteiros do meu paiz, e que as levas de visitantes americanos se succederão com mais frequencia. A longa viagem entre Nova York e Rio, o que já constitue uma distração agradável, é compensada pelos attractivos da vossa linda cidade, pelo espectaculo maravilhoso desta natureza nunca suficientemente decantada (Correio da Manhã, 10-9-1922, p. 3).

E, de fato, nas décadas seguintes, os Estados Unidos se consolidariam como um dos principais emissores de turistas para o Brasil. Contribuíram, para isso, o sucesso na Broadway de Carmem Miranda, o personagem do Walt Disney Zé Carioca e, claro, a Good Neighbor Policy, proposta pelo governo de Franklin D. Roosevelt, de que o guia de turismo *The New World Guides to the Latin American Republics* é caudatário (Guimarães & da Silva, 2018). Até mesmo o problema das distâncias logo seria dirimido. Em 1927, é criada a Viação Aérea Rio-Grandense, a Varig (Paixão, 2007). E, em 1929, é idealizada a viação New York, Rio and Buenos Aires Line [NYBRA], posteriormente incorporada à empresa Pan American (Freire-Medeiros & Castro, 2013). Aliás, trata-se de uma questão para a qual a Exposição de 1922 não deixou de dar sua contribuição, haja vista os “raids aéreos do Centenário”<sup>ii</sup>. A única ressalva a ser feita nas impressões do Sr. Hebert F. Gunisson parece ser mesmo naquilo que toca aos hotéis.

#### **A CRISE DOS HOTÉIS CARIOCAS NA ORIGEM DAS POLÍTICAS SETORIAIS PARA O TURISMO**

Mas nem tudo era motivo de entusiasmo em torno da Exposição de 1922. Antes mesmo de sua realização, havia dúvidas sobre se a cidade do Rio de Janeiro, diga-se o Brasil, teria condições de sediar com êxito um evento daquele porte. É curioso saber que, numa das primeiras reuniões organizadas pelo comitê executivo do evento, cujo presidente era o próprio prefeito do Distrito Federal, o Sr. Carlos Sampaio, e entre cujos membros constava o nome de Afonso Celso, o autor de *Porque me ufano do meu Paiz*, tenha se cogitado a possibilidade de que, caso não houvesse condições para uma exposição internacional, ocorresse, ao menos, um evento nacional (Correio da Manhã, 15-12-1920).

Curiosidades à parte, exemplos menos conjecturais de que, em vez de um espetáculo, o Rio de Janeiro oferecesse ao estrangeiro um fiasco, são encontrados numa proposição do Senado Federal, sob a forma de emenda em projeto de lei, a ser apreciada pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, para que se adiassem os festejos do centenário, malgrado o fato de que àquela altura muitos países já tivessem confirmado a participação no evento (Correio da Manhã, 24-7-1921). O que, evidentemente, não passou despercebido a quem se dedicava a satirizar a política da capital do Brasil. Em crônica intitulada ‘Bebe s’amuse’, o cronista Bastos Tigre sugeriu uma nova data para os festejos: no lugar do “sete de setembro”, o “primeiro de abril” (Correio da Manhã, 27-7-1921, p. 2).

Da falta de verbas ao atraso de obras, entre outros que ameaçam eclipsar o brilhantismo do progresso da cidade do Rio de Janeiro aos olhos do mundo, um obstáculo, em particular, virou um enigma: onde hospedar a multidão de visitantes que chegaria à cidade, seja por terra, pelo mar ou até pelos ares? Para desvendá-lo, chegou-se a cogitar que os visitantes pernoitassem a bordo dos navios – num paradoxal reavivamento dos tempos coloniais, quando não se permitia que os tripulantes de navios estrangeiros [não-portugueses] ficassem em terra após o pôr-do-sol (CNC, 2005). Foi o que sugeriu o Sr. Dulphe Pinheiro Machado, então diretor da Superintendência do Abastecimento, ao propor que os forasteiros fossem alojados nas embarcações da companhia de navegação Lloyd brasileiro (Correio da Manhã, 14-7-1922). Nesse vale-tudo, houve quem enxergasse nos canteiros de obras dos hotéis que estavam a caminho de serem inaugurados para o centenário, caso do hotel Sete de Setembro, no bairro do Botafogo, um paliativo para o problema da hospedagem dos adventícios. E, assim, indagava-se por qual razão as barracas, onde dormiam os operários da construção do hotel, não podiam ser utilizadas para fins de hospedagem – contanto, é claro, que se construíssem mais “barracas, muitas barracas” (Correio da Manhã, 26-8-1922, p. 2).

Por seu turno, aquele que, a um só tempo, presidia o evento e governava a cidade resolveu apostar, não no imprevisto, mas na cordialidade do carioca. Sem saber que isso mais tarde lhe custaria algumas acusações, a prefeitura, com o apoio dos principais jornais locais, a exemplo do próprio *Correio da Manhã*, apelou aos moradores para que passassem a abrigar em suas casas os visitantes que, dali a pouco, começariam a chegar. Afinal, “poucas serão as casas desta Capital que não poderão dispôr de uma sala, um quarto, um tecto, enfim, em condições de abrigar um forasteiro” (Correio da Manhã, 16-8-1922, p. 9).

**Figura 3. Circular publicada pelo jornal Correio da Manhã para que a população ajudasse a hospedar os visitantes da exposição de 1922**



Fonte: Jornal Correio da Manhã, 16 de agosto de 1922. [Link](#)

É claro que nada disso teve um impacto significativo na resolução da questão. É possível, até, que muitas famílias tenham atendido os apelos que lhes eram feitos, estes cada vez mais

frequentes, à medida que se aproximava a estreia da Exposição de 1922. Seja como for, o importante a registrar é que esse era um problema que se arrastava havia mais de um século, pelo menos desde a vinda da família real portuguesa e de quando se decretou abertura dos portos às nações amigas. A partir daí, já não era mais possível depender das estalagens, das hospedarias ou de casas de aluguel. Os hotéis se faziam necessários.

De fato, as fontes históricas oferecem muitos indicativos do estágio precário em que se encontravam os meios de hospedagem na cidade do Rio de Janeiro nos oitocentos. Os relatos dos integrantes das missões científicas, dos artistas que geralmente vinham com elas, bem como de homens de negócios, são pródigos em ilustrar o clima de improvisação reinante na área (Pires, 2001). E não obstante que ao longo do século tivesse ocorrido um significativo aumento do número de hotéis – conforme o Almanaque do Rio de Janeiro, em 1859, já havia na cidade uma relação de 41 hotéis (Pires, 1991) –, a cidade ainda carecia de algo semelhante ao que o viajante estrangeiro experimentava em seu país de origem (Belchior & Poyares, 1987). Tanto que o *Handbook of Rio de Janeiro*, publicado em 1887, registrava que a maioria desses novos hotéis não passava de restaurantes (CNC, 2005).

Verdade que as exposições que a cidade passou a sediar com mais frequência na virada para o XX ajudaram no processo de formação do seu parque hoteleiro. Basta lembrar que, no ano anterior à inauguração da exposição de 1908, o governo do Distrito Federal baixou o decreto n. 1.160 de 23 de dezembro de 1907, que concedia incentivos fiscais, num prazo de sete anos, aos cinco primeiros grandes hotéis que se instalassem na cidade (Rejowski, 2002). A isso se acresce a construção de um marco da moderna hotelaria brasileira, a saber: o hotel Avenida, em cujo prédio se instalou o primeiro elevador do país, de que seus hóspedes se serviam para alcançar, nos andares superiores, aposentos equipados com telefones suecos da marca Ericsson e banheiros particulares (Castro, 2019).

Não é preciso dizer que tais consequências também se observam na Exposição de 1922. Tanto que, na seção Turismo do *Correio da Manhã*, de 26 de dezembro de 1922, em anúncio sobre as qualidades do Magnífico Hotel, chamava-se a atenção para o fato de que a cidade do Rio de Janeiro atraía cada vez mais capitalistas interessados em organizar companhias hoteleiras que fossem capazes de assegurar conforto aos forasteiros, sobretudo ao ‘touriste’ europeu. A esse propósito, uma questão curiosa é que, no mesmo período em que se desenrolava uma das primeiras greves que se tem notícia da categoria, a greve dos empregados de hotéis e

restaurantes da cidade de Berlim, na Alemanha (Correio da Manhã, 22-8-1922), do outro lado do Atlântico, o Correio da Manhã, desde julho de 1922, à maneira de uma contagem regressiva, estampava frequentemente em suas páginas a seguinte chamada: “precisa-se com urgência de grande número de pessoas de boa conduta para empregos em alguns hotéis a inaugurar-se brevemente” (Correio da Manhã, 3-8-1922, p. 10).

Entre os novos hotéis que estavam sendo construídos, caso do já citado hotel Sete de Setembro e do hotel Vera Cruz, dois em especial monopolizam as expectativas em torno das inaugurações previstas para as festas do centenário, quais sejam: o hotel Glória e o Copacabana Palace. O primeiro localizado no centro da cidade buscava emular os predicados de um ícone da hotelaria da época, o hotel Ritz. Já o segundo, também inspirado no famoso hotel de Paris, embora igualmente em exemplares da Riviera Francesa, caso do Negresco e do Carlton, apostava no potencial turístico e imobiliário de uma região ainda pouco interligada ao tecido urbano do Rio de Janeiro, a zona sul da cidade (Freire-Medeiros & Castro, 2013; O’Donnell, 2013). Ademais, enquanto o hotel Glória era um arrojado da família Rocha Miranda, o Copacabana Palace pertencia à família Guinle, que já era proprietária do Palace Hotel [que fora inaugurado no centro da cidade em 1919] e do teatro Phoenix. Na realidade, a iniciativa da construção do Copacabana Palace deve-se a um pedido do presidente Epitácio Pessoa ao empresário Otavio Guinle, que além das propriedades supracitadas e outras mais, ainda ostentava o fato de ter sido um dos idealizadores da Sociedade Brasileira de Turismo [criada em 1923 e renomeada, em 1926, de Touring Club Brasil], cuja primeira sede de sua história, igualmente, pertencia aos Guinle (Freire-Medeiros & Castro, 2013; Castro, 2019; Almeida, 2020).

Malgrado essas realizações, é difícil sustentar que, para os hoteleiros da cidade, a exposição de 1922 tenha sido apenas elogios, congratulações e, claro, uma oportunidade de incrementar a influência política e a reputação das famílias da alta sociedade carioca. E isso, não porque a oferta de aposentos provava ser numérica e qualitativamente insuficiente para o evento, ou pelo motivo de que alguns hotéis não tivessem ficado prontos a tempo, a começar pelo próprio Copacabana Palace, cujas obras se arrastaram até meados de 1923. E, sim, porque os hoteleiros estavam aproveitando da situação de *laissez-faire* do mercado para explorar os visitantes estrangeiros, que, sobretudo nos primeiros três meses de exposição, afluíam em grande quantidade à cidade do Rio de Janeiro. É o que se observa no artigo de opinião intitulado ‘O Centenário, do ponto econômico’. Apesar de ressaltar o crescimento da rede hoteleira promovida pelo evento, o texto não deixou de notar os efeitos especulativos no preço das diárias

de hotéis e pensões, e vaticinou: “hoje é mais fácil comprar uma casa do que alugar” (Correio da Manhã, 16-8-1922, p. 2).

Mais incisivas eram as críticas de uma nota que se iniciava da seguinte maneira: “acabou-se a hospitalidade brasileira [...] porque os hoteleiros e seus semelhantes se têm encarregado de combater todas nossas tradicionais pretensões nesse particular” (Correio da Manhã, 16-9-1922, p. 2). De teor semelhante, só que dessa vez concluindo, a nota intitulada ‘Incertezas’ resumia tudo o que estava sendo dito contra os hoteleiros da cidade assim: “os hoteleiros hoje em dia são senhores e amos da cidade da luz. Não ha maneira de resistir-lhes. Quer dizer, existe uma: optar por alugar-se no pico dos morros ou pernoitar ás intempéries...” (Correio da Manhã, 26-9-1922, p. 6). Premidos por essas acusações, os hoteleiros da cidade buscaram se defender, mais especificamente, por meio do Centro dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas. Exemplo disso é uma carta endereçada à redação do *Correio da Manhã*, em nome dos hoteleiros da cidade, na qual se explicava que a classe não podia ser responsabilizada por quaisquer exageros, se é que houvesse algum, e que os hotéis apenas estavam solicitando adiantamentos dos futuros hóspedes. A alegação era de que, em virtude da alta demanda e da impossibilidade de vacância imediata das vagas ocupadas, essa era a única maneira de assegurar a reserva de um cômodo (Correio da Manhã, 22-8-1922).

Em verdade, na visão dos hoteleiros, não havia nenhuma crise no acolhimento e na hospedagem dos visitantes da Exposição de 1922. É curioso observar que, por ocasião de uma assembleia geral para tratar da culpa que lhes estava sendo atribuída pela opinião pública, tenha se aventado que, entre os responsáveis por essa falsa percepção, figurasse o próprio prefeito Carlos Sampaio. Afinal, sempre segundo esse ponto de vista, foi ele quem deixou transparecer um problema inexistente, ao mandar publicar circulares apelando para que os moradores acolhessem os forasteiros (Correio da Manhã, 19-10-1922). Invenção ou não da imprensa, o fato é que a possibilidade de que isso desmotivasse os estrangeiros a vir ao País demandou do poder público um papel mais ativo na organização do setor. Um exemplo foi a criação do Bureau Official de Informações, que se incumbiu, dentre outras atribuições, de prestar informações sobre acomodações locais, inclusive as que haviam sido registradas pelos moradores para a função.

A esse respeito, cumpre registrar que, na linha do tempo das primeiras publicações feitas no País para viajantes estrangeiros, de que o guia de viagem editado em 1873 pela editora Garnier

detém a primazia, tanto a Exposição de 1908 quanto a Exposição de 1922 ocupam um lugar de destaque (Perrotta, 2013). E, de fato, o citado escritório oficial editou um guia, em diversos idiomas, sobre “a discrição dos pavilhões, nacionais e estrangeiros, a indicação de todas as portas, congressos, horários, pontos da cidade que devem ser visitados, consulados, bancos, relações de escritores, etc.” (Correio da Manhã, 3-8-1922, p. 15). Outro exemplo são as reuniões organizadas tanto pelo comitê executivo do evento quanto por delegados e comissões subsidiárias. É o caso da Comissão de Festas e Propaganda, a cujos encontros compareciam representantes das nações participantes, dos hoteleiros, das companhias marítimas e ferroviárias, e de donos de restaurantes. Além do problema envolvendo os preços das diárias dos hotéis, nessas oportunidades, atores do poder público e da iniciativa privada buscavam estabelecer consenso sobre questões como o horário de fechamento dos pavilhões franqueados ao público e o preço de fretes e passagens cobrados dos visitantes estrangeiros (Correio da Manhã, 15-10-1922; 21-10-1922).

Além disso, vale mencionar a retomada das tratativas institucionais para um tema que vinha desde os tempos da colônia, a saber: a regularização do jogo no Brasil. Tanto que, das condições impostas por Otávio Guinle ao pedido do presidente da República para o “palace” a ser construído no desabitado bairro de Copacabana, destacava-se a instalação de um cassino (O’Donnell, 2013). Aparentemente, o empresário fora pessoalmente atendido. Note-se que, em 2 de janeiro de 1920, o decreto n. 3987 concedeu autorização para os jogos de azar, na condição de que fossem praticados em lugares afastados das zonas industriais e comerciais. E, em 17 de maio de 1921, a publicação do decreto 14.808 assegurou que os cassinos não apenas funcionassem em estações termas e balneárias do interior, e, outrossim, em praias desertas dos centros urbanos (Correio da Manhã, 3-10-1922). Como se sabe, essas foram apenas conquistas provisórias, num processo marcado por muitas idas e vindas, haja vista a própria revogação no mesmo ano desse último decreto pela Câmara dos Deputados; a proibição dos jogos de azar no mandato de Washington Luís; a retomada do jogo, a partir de 1933, no governo de Getúlio Vargas, e o desfecho definitivo para a questão, por meio do decreto-lei n. 9.215, já no rescaldo do período estadonovista, no governo Enrico Gaspar Dutra (Boechat, 1998; Paixão & Gandara, 1998; O’Donnell, 2013).

Ainda assim, é interessante observar que a exposição tenha servido de pretexto ideal para a implantação dos hotéis-cassinos, os quais viriam a demarcar uma dada época do turismo nacional. Afinal, num tempo histórico em que não só o carioca, mas boa parte do mundo, ainda

não percebia a praia como um espaço de lazer – porquanto servia, antes, a propósitos terapêuticos (Campos, 2010; Castro, 2019) –, era preciso que, malgrado as diversas vezes contrárias ao jogo, da Igreja às associações dos empregados do comércio e da indústria da cidade, os agentes estatais começassem a se preocupar com a ocupação ‘produtiva’ do tempo livre dos milhares de estrangeiros esperados para o evento. É claro que esses exemplos não autorizam falar em uma agenda pública nacional para o turismo. Na historiografia da área, parece ser ponto pacífico que isso ocorreu apenas a partir da era Vargas, até porque, antes da Revolução de 1930, independente do setor econômico, a presença do moderno Estado-Nação brasileiro ainda era muito incipiente.

De qualquer modo, o importante é que nesse momento já se vislumbra o que alguns autores consideram ser o traço predominante na gênese do planejamento turístico estatal no Brasil, isto é: a regulação e a normatização do setor turístico, de que são exemplos o decreto-lei n. 406 de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional; o decreto-lei n. 2.440 de 1940, que regulava o funcionamento das agências de viagens e empresas ligadas ao turismo [como as companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas], ou mesmo da própria Divisão de Turismo (Decreto n. 5077 de 1939), integrante do órgão estadonovista Departamento de Imprensa e Propaganda [DIP], cujo um dos seus dezesseis objetivos era explicitamente fiscalizatório para as organizações turísticas e hoteleiras<sup>iii</sup>. Eis aí mais um motivo que reforça a condição da exposição de 1922 como um marco histórico no desenvolvimento do turismo no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção da hipótese de que a Exposição de 1922 tenha catalisado os elementos constitutivos do moderno fenômeno turístico no Brasil permite agora algumas conclusões e indicativos de pesquisa. O primeiro deles diz respeito ao contexto histórico em que o evento está inserido. No país, trata-se de uma época de profundas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e comportamentais. E, no mundo, a exposição de 1922 representa um momento em que as nações principiavam a retomar os laços diplomáticos, após a Primeira Grande Guerra. Numa conjuntura, portanto, de uma realidade social local transformada pelos processos de urbanização e industrialização, e num ambiente de profundas trocas entre os elementos nacionais e internacionais, os efeitos do moderno foram sentidos em todos os aspectos da vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro. Exemplo disso são os divertimentos



populares do carioca, cada vez menos pautados pelo mundo da tradição, haja vista a sua assimilação pela lógica das indústrias culturais, e a viagens internacionais à cidade, que se convertiam, paulatinamente, num setor econômico do capitalismo.

Ademais, em razão dessas transformações, o pan-americanismo propagandeado, desde o início do século XIX, pelos Estados Unidos aos países da América Latina, encontrou na Exposição de 1922 uma das primeiras oportunidades para que se incluísse, também em seu bojo, o turismo. Decerto, um fato importante, já que esse princípio doutrinário influenciaria dois períodos-chave do turismo nacional, quais sejam: o período Vargas e o período da ditadura militar. Derivado do anterior, um segundo indicativo tem a ver com a ressignificação simbólica da praia, representada pela construção do Copacabana Palace. Ainda que não tenha ficado pronto para os festejos do centenário e para além dos motivos imobiliários e disputas políticas que encetaram a sua proposição, esse hotel é representativo da metamorfose da praia, até então um local sobretudo usado para a terapia, num espaço de lazer. De modo que o Copacabana Palace é anunciador de uma cultura solar que estava a moldar o corpo do carioca e o jeito de vesti-lo, tanto em seu dia a dia quanto no seu tempo livre. Ato contínuo, a iniciativa da família Guinle antecipa o que viria a ser o arquétipo do turismo nacional, onde a oferta turística é, majoritariamente, concentrada no litoral do País. Afinal, o modelo praia, mar e sol parece ter sido uma solução econômica à altura dos cassinos e, sobretudo, mais condizente com os elementos ideológicos trabalhados pelo Estado na definição da identidade nacional brasileira.

E, por fim, a Exposição de 1922, pelo volume de visitantes que o evento atraiu, tornou patente que, enquanto um setor econômico, as viagens não podiam ficar tão somente à mercê do mercado. Mais precisamente, em correspondência com o que se sucedia em outros setores da economia, a começar pelo principal setor, o agrário-exportador, fazia-se necessário o papel interventor e regulamentador do Estado que, para isso, começava a ser equipado dos aparatos institucionais necessários. Daí que, à semelhança de outras crises do período, tudo indica que a ‘crise dos hotéis’ renunciou a necessidade da ação estatal para a modernização do setor turístico no país.

## REFERÊNCIAS

Almeida, P. C. (2020). *A construção do Rio de Janeiro como cidade turística: imprensa, poder público e iniciativa privada (1922-1935)*. Tese, Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Brasil. [Link](#)

- Belchior, E., & Poyares, R. (1987). *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Senac.
- Boechat, R. (1998). *Copacabana Palace: um hotel e sua história*. São Paulo: DBA.
- Campos, F. (2010). Das casas de banho ao Copacabana Palace: balneário da Cidade Maravilhosa. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 4, 169-175. [Link](#)
- Candido, A. (1989). *Educação pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Ática.
- Castro, R. (2019). *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Confederação Nacional do Comércio - CNC (2005). *Breve História do Turismo e da Hotelaria*. Rio de Janeiro: CNC.
- Cruz, R. de C. A. (2006) Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: A. I. de Lemos; M. Arroyo; & M. L. Silveira (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Clacso. [Link](#)
- Daibert, A. B. D. (2016). *Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): reflexões a partir da cidade de Petrópolis - RJ*. Tese, Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. [Link](#)
- Brasil. (1938). *Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. [Link](#)
- Brasil. (1939). *Decreto n. 5077, de 29 de dezembro de 1939*. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). [Link](#)
- Brasil. (1940). *Decreto-lei n. 2.440, de 23 de julho de 1940*. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. [Link](#)
- Freire-Medeiros, B., & Castro, C. (2013) Destino: Cidade Maravilhosa. In: C. Castro, V. L. Guimarães, & A. M. Magalhães (Orgs.). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Levy, R. (2010). *A Exposição do Centenário e o Meio Arquitetônico Carioca no Início dos Anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ
- Molina, F. (2016). A produção da “Paris dos trópicos” e os megaeventos no Rio de Janeiro no início do século XX. *Finisterra*, 102(1), 25-45. [Link](#)
- Carvalho, J. M. (2005). *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.

- Guimarães, V., & da Silva, F. A. (2018). A Política da Boa Vizinhança e o Turismo no The New World Guides to the Latin American Republics (1945). *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 4(2), 1-23. [Link](#)
- O' Donnell, J. (2013). Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio Atlântico. In: C. Castro, V. L. Guimarães, & A. M. Magalhães (Orgs). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Paixão, D. L. D. (2005). A Belle Époque do turismo brasileiro (1930-1945): os hotéis-cassino na era getulista. In: L. G. G. Trigo (Ed.). *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca.
- Paixão, D. L. D. (2007). Thermae et Ludus: o início do turismo de saúde no Brasil e no mundo. *Turismo em Análise*, 18(2), 133-147. [Link](#)
- Paixão, D. L. D., & Gandara, J. M. G. (1998). A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países. *Turismo - Visão e Ação*, 1(2), 9-22. [Link](#)
- Panosso Netto, A. (2010). *O que é turismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Perrotta, I. (2013). A construção dos atrativos turísticos do Rio de Janeiro a partir de seus primeiros guias para viajantes. In: C. Castro, V. L. Guimarães, & A. M. Magalhães (Orgs). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pires, M. J. (1991). Hotéis do século XIX em São Paulo e no Rio de Janeiro: diversidade de serviços. *Turismo em Análise*, 2(2), 55-64. [Link](#)
- Pires, M. J. (2001). *Raízes do Turismo no Brasil*. São Paulo: Manole.
- Rejowski, M. (2002). *Turismo no Percurso do Tempo*. São Paulo: Aleph.
- Trigo, L. G. G. (2000). *Viagem na Memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. São Paulo: Senac.

---

#### NOTAS

<sup>i</sup> Ao analisar historicamente os primeiros guias publicados a viajantes estrangeiros a partir do final do século XIX, Perrotta (2013) observa que, nos títulos das publicações, ainda não aparecia o conceito de turista. Para se referir ao viajante que desembarcava na cidade do Rio de Janeiro, usavam-se palavras como “estrangeiros”, “viajantes” e “imigrantes”. Com base nessa pesquisa histórica, vale observar que é justamente num guia de 1922 que se encontra, pela primeira vez, uma indicação de uma agência de turismo. Além disso, quando se começou a estudar cientificamente as viagens, tampouco se utilizava o termo “turista”. É o caso dos pesquisadores alemães do século XIX e da primeira metade do século XX. O termo utilizado nesses estudos era *fremdenverkehr*, que em português seria algo como “tráfego de

forasteiros”, ou *fremdenindustrie*, cujo significado equivale a “indústria de forasteiros” (Panosso Netto, 2010).

<sup>ii</sup> Os *raids aéreos* eram viagens realizadas, individualmente ou em duplas, por pilotos de avião obstinados a percorrer grandes distâncias pelo globo, a exemplo de travessias transcontinentais e transatlânticas. Por ocasião da exposição de 1922, houve três deles: o do brasileiro Pinto Martins e do norte-americano Walter Hinton, vindos de Nova York a bordo do Sampaio Corrêa; o do aviador chileno capitão Aracena, tentando atravessar a cordilheira dos Andes rumo ao Rio de Janeiro; e o do aviador argentino Theodoro Fels que partiu de Buenos Aires a bordo do Mitre (Correio da Manhã, 5 e 8-9-1922).

<sup>iii</sup> Para Cruz (2006), por exemplo, o período que vai de 1938 a 1966, denominado pela autora de “pré-história jurídico-administrativa do turismo”, a ação estatal é voltada sobretudo para a regulamentação e a normatização do setor turístico. Por outro lado, a exemplo de Daibert (2016), há autores que consideram que, nesse início, o Estado brasileiro não se limitou à função de regulador ou fiscalizador, porquanto foi parceiro, divulgador e fomentador da atividade turística no país.

#### **PROCESSO EDITORIAL**

Recebido: 13 JUN 21 Aceito: 18 JAN 22